

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930.** Salvador: EDUNEB, 2023. 328 p.

Resenha

Marcos Profeta Ribeiro¹

Légua Tirana. Para o leitor familiarizado com as músicas e letras da parceria entre Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, a expressão remete automaticamente às labutas e dificuldades do sertanejo ante o sol abrasador que tostou folhas e bebeu o riachão, levando-o a percorrer grandes distâncias a fim de suplicar ao santo algum milagre. No caminho, então lamenta: "Oh que estrada mais cumprida, oh que légua tão tirana? Ai se eu tivesse asas, inda hoje eu via Ana". De volta, estropiado, mas com certa alegria no coração pelas preces atendidas, o sertanejo informa, à sua maneira, a distância percorrida, sua miserável situação e a de seu rincão, onde a comida "inda farta".

A valsa-toada, gravada em 1948, é o mote inspirador da obra de Paulo Henrique Duque Santos, intitulada "Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930". Fruto de sua tese de doutoramento em História Social pela Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Maria Odila Leite da Silva Dias e coorientação de Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA), este estudo evidencia a importância do alto sertão baiano como objeto de estudo para compreensão das dinâmicas econômicas regionais no Brasil Republicano. Importância alcançada não apenas pela interiorização da pesquisa histórica, mas, sobretudo, pelo manancial de fontes presentes em instituições de guarda e preservação de documentos históricos, indicativas das dinâmicas sociais que remontam ao período de expansão colonial rumo aos sertões baianos.

Parte deste manancial encontra-se em instituições como o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC) e, em especial, o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), fruto de um projeto de extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do qual o autor da obra em análise é coordenador desde sua criação, em 1996. Foi no cotidiano desta instituição, organizando importantes acervos documentais públicos e particulares, que Duque Santos se deparou com aspectos de

¹ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: marcos.profeta@uesb.edu.br

um sertão encoberto, não visto pela historiografia brasileira consagrada e por interpretações generalizantes sobre o interior brasileiro.

A partir da análise minuciosa de inventários *post-mortem* do período, cotejados com jornais, correspondências pessoais e relatos de viajantes, Duque Santos elaborou subsídios para desconstruir a ideia de "periferia econômica" (ou periferia da periferia) relegada ao alto sertão baiano, ao evidenciar a produção para exportação (algodão, gado, borracha) e a acumulação interna de riqueza. Dessa forma, seu problema de pesquisa apresenta-se de modo objetivo, logo no primeiro parágrafo da obra, qual seja, evidenciar como a economia do alto sertão da Bahia esteve integrada ao capitalismo nacional e internacional, contrariando a visão generalizante do isolamento sertanejo, cujos habitantes viviam exclusivamente imersos na agricultura de subsistência. Munido de farta documentação histórica, trabalhada de modo pormenorizado, propõe-se a dialogar com clássicos da historiografia brasileira, tais como Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Do primeiro, critica a análise de que a agricultura praticada no alto sertão da Bahia era meramente subsidiária à grande lavoura agroexportadora do litoral. As fontes consultadas por Paulo Duque Santos apontam, para essa região dos sertões, propriedades de diversas dimensões que abasteciam mercados internos com produtos como algodão, gado e borracha, sem relação de dependência com a agricultura de exportação praticada no litoral. Além disso, mantinham comércio com praças internacionais e nacionais, integrando-se, para o caso específico da produção de algodão, à industrialização têxtil e ao capitalismo financeiro. A Celso Furtado, o autor de *Léguas Tiranas* direciona atenção especial no capítulo III da sua obra, "Criação e comércio de gado: dinâmicas sociais e econômicas". Furtado, conforme análise de Duque Santos, constatou que, embora a disponibilidade de terras tivesse sido fator de expansão da atividade pecuária em direção aos sertões, possibilitou desestímulo a investimentos e, conseqüentemente, baixa rentabilidade e densidade econômica do setor. Tal fator atuou, para Celso Furtado, como um impedimento a investimentos em outras atividades econômicas pelos pecuaristas.

Em contraposição, lastreado pelas fontes históricas, Duque Santos enxergou "outras dinâmicas sociais e econômicas para a pecuária no alto sertão da Bahia". Segundo o autor:

Vários segmentos sociais sobreviviam da criação e do comércio de gado e seus derivados (leite, requeijão, couro): fazendeiros, administradores, vaqueiros, curraleiros, amansadores, passadores, tropeiros, rancheiros, agregados, seleiros, artífices, comissários, marchantes, negociantes. Nas fazendas de criação, muitos fazendeiros desenvolveram outras atividades econômicas ligadas ao mercado de alimentos e exportação, diversificando seus investimentos: plantio de cana-de-açúcar, mamona, algodão, café; criação de carneiros para a produção de lã; criação de emas e caça às garças para exportação de plumas; produção de algodão, aguardente, rapadura,

requeijão. A circulação intensa de pessoas e mercadorias moldou a criação de gado vacum no alto sertão da Bahia, com formação de núcleos urbanos que se articularam aos demais mercados do país e ao mercado internacional (Santos, 2023, p. 213-214).

Nos três capítulos de “Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité (1890-1930)”, desvendou, segundo o prefácio de Maria Odila Leite, as especificidades do crescimento econômico do alto sertão baiano, atrelando-o a fatores locais, tais como clima, economia, povoamento e criando, ao longo do tempo, uma produção independente, porém atrelada aos mercados nacionais e internacionais.

Com evidente robustez metodológica, Duque Santos cruzou informações extraídas de inventários *post-mortem* com correspondências pessoais, como as escritas pelo negociante Joaquim Gondim à Anna Rita, que revelam transações comerciais de compra e venda de pedras preciosas; jornais de época, como *A Penna*, de propriedade do escritor João Gumes², que o auxiliaram na análise de anúncios de casas comissárias e dados sobre relações comerciais na região; processos criminais e posturas municipais possibilitaram o desvendamento de estratégias de sobrevivência de pequenos lavradores, como a sonegação de bens para fugir de impostos cobrados pelo fisco.

Do grande número de inventários pesquisados, extraiu informações referentes à riqueza amealhada ao longo da vida dos sujeitos. Percebeu níveis variados de riqueza e investimentos por faixas de período, entre 1890 a 1930, e, ao longo deste período, um aumento gradativo da concentração de renda no alto sertão baiano, evidenciando "que os grandes proprietários da região encontraram alternativas econômicas para sobreviver ao impacto provocado em suas rendas com a extinção do trabalho escravo" (p. 78). Dentre essas alternativas, o investimento em ações, apólices de seguro e poupança apareceram com bastante recorrência nos inventários dos grandes proprietários, reafirmando, segundo o autor, a alta concentração de renda e desigualdade social construída historicamente.

Não apenas isso: ao analisar as grandes diferenças de renda nos inventários, procurou destacar as minúcias das sobrevivências cotidianas dos pequenos "lavradores, trabalhadores urbanos, fazendeiros e negociantes" que, "distantes do litoral e vulneráveis às habituais estiagens do tempo no sertão" (p. 78), produziram e comercializaram para os mercados internos e externos. Porém, suas alternativas de sobrevivência eram diminutas, daí a necessidade de diversificar sua própria força de trabalho, não raro aparecendo nas fontes "o

² João Antônio do Santos Gumes (Caetité-Ba, 1858-1930), foi proprietário e redator do jornal *A Penna*, que circulou entre os anos de 1897 a 1943. Publicou diversos romances, entre os quais destacam-se “Os Analphabetos” (1928) e “O Sampauleiro” (1922 e 1932). Ambos republicados na Coleção Nordestina, uma parceria editoria entre a Edufba e Eduneb.

carpinteiro que produziu cachaça; o seleiro que foi capinar e produziu farinha; o funcionário público que alugou mangas de patos; a fiandeira que criou animais e plantou mandioca" (p. 284).

Trata-se de arranjos de sobrevivência de sujeitos comuns, cujos planos foram muitas vezes frustrados por secas e necessidades de deslocamentos constantes. Tais arranjos, captados minuciosamente nas fontes, explicam, por fim, o título *Légua Tirana*, em que o autor destaca o alto sertão baiano como um espaço de travessias, seja de tropas e tropeiros com mercadorias, de capitais para bolsas europeias, de cartas que teciam afetos familiares e negócios ou infixidez forçada diante das agruras causadas pelas estiagens rotineiras. Agora, a expectativa de Duque Santos é abrir caminho e se articular com a nova historiografia sobre os sertões e, ao mesmo tempo, provocar a historiografia centrada no litoral a percorrer léguas necessárias e incômodas rumo ao interior brasileiro.